



República do
Botswana

Ministério da Energia,
Recursos Minerais e Águas



República de
Moçambique

Ministério para a Coordenação da
Acção Ambiental



República da
África do Sul

Departamento de Águas
e Florestas



República do
Zimbabwe

Ministério do Ambiente
e Turismo

Contribuições ao Planeamento Participativo



O resultado de algumas experiências no terreno



Ficha Técnica

Título

Contribuições ao Planeamento Participativo – O resultado de algumas experiências no terreno

Projecto

Planeamento Sustentável do Uso da Terra para uma Gestão Integrada da Terra e da Água para Preparação à Desastres e Redução da Vulnerabilidade na Bacia do Limpopo

Implementação

Governo da África do Sul – Departamento de Águas e Florestas

Governo do Botswana – Ministério da Energia, Recursos Minerais e Águas

Governo de Moçambique – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

Governo do Zimbabwe – Ministério do Ambiente e Turismo

Assistência técnica

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT)

Supervisão

Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP)

Financiamento

Fundo Global para o Ambiente (GEF)

Tiragem

2,600 exemplares (versão em língua portuguesa)

1ª edição

Junho 2007

Introdução

Estas *Contribuições ao Planeamento Participativo* resultam de algumas experiências de trabalho com as comunidades, as autoridades locais e os técnicos do Governo central, provincial, distrital e/ou autárquico, realizadas em várias zonas de Moçambique desde o ano 2002, com o apoio do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT). A mesma metodologia foi aplicada com sucesso em algumas comunidades do Zimbabwe, da África do Sul e do Botswana.

O objectivo deste documento é apresentar de maneira simples e clara a sequência metodológica das diferentes fases de planeamento participativo com base nas lições aprendidas durante as experiências acima mencionadas. Não se pretende substituir as metodologias existentes, mas sim, contribuir na definição de uma abordagem prática do processo participativo através da utilização de técnicas e instrumentos inovadores de modo a se obter uma participação mais efectiva da população abrangida durante o exercício de planeamento.

Este documento é dirigido principalmente aos técnicos do Aparelho do Estado e das Autarquias que desenvolvem actividades de planeamento e ordenamento territorial em Moçambique.



Figura 1: Uma comunidade na Província de Gaza cantando no início de um exercício de planeamento participativo

Objectivo do exercício de planeamento participativo

O planeamento participativo é **um processo que nas suas diferentes fases, envolve directamente a própria população** da área em estudo. Ao longo deste processo os intervenientes participam activamente na tomada de decisão, de maneira transparente e consensual, comprometendo-se um com outro, resultando na elaboração de um plano de acção que irá dinamizar o desenvolvimento local.

O objectivo do exercício de planeamento participativo é reunir a comunidade interessada, as autoridades locais e os técnicos envolvidos no processo e, através de uma discussão aberta na qual todos participantes podem intervir:

- **caracterizar a situação actual** da zona de estudo;
- definir os **problemas existentes**;
- identificar as **possíveis soluções**;
- elaborar um **plano de acção**; e
- preparar a **implementação das intervenções prioritárias**.



Figura 2: A comunidade, as autoridades locais e os técnicos reunidos num exercício de planeamento participativo

As diferentes fases do exercício de planeamento participativo

Fase 1 **Preparação do exercício**

- Recolha do material existente da zona de estudo
- Primeiro contacto com as autoridades locais e a comunidade

Fase 2 **Reconhecimento da zona**

- Apresentação de mapas, fotografias aéreas e/ou imagens de satélite
- Localização dos aspectos característicos da zona

Fase 3 **Elaboração do mapa da situação actual**

- Mapeamento do uso e aproveitamento da terra
- Mapeamento das principais infra-estruturas e serviços básicos

Fase 4 **Definição dos principais problemas**

- Listagem dos problemas
- Discussão e priorização dos problemas

Fase 5 **Identificação das possíveis soluções**

- Proposta de soluções
- Discussão e definição das intervenções
- Definição da participação da comunidade

Fase 6 **Elaboração do plano de acção**

- Sistematização da informação recolhida
- Apresentação da proposta à comunidade e às autoridades locais para sua apreciação, formulação de sugestões ou correções, e aprovação

Fase 7 **Implementação das intervenções**

- Definição das responsabilidades de cada interveniente
- Avaliação das necessidades de capacitação a nível local
- Preparação de projectos técnicos
- Estabelecimento de parcerias a nível institucional
- Envolvimento da comunidade na tomada de decisão e como mão de obra

Fase 1: Preparação do exercício

Antes de ir para o terreno, os técnicos de planeamento devem recolher toda a informação existente sobre a zona de estudo. Em particular, para se obter uma boa participação da população no exercício de planeamento, a experiência demonstra que **é importante levar para o terreno alguma informação geográfica na qual a comunidade residente possa se identificar**. No caso esta informação não existir, **pode ser criada directamente no local**. Portanto, dependendo dos recursos disponíveis, podem ser contempladas para o efeito as seguintes opções:

- Imagens de satélite com boa resolução obtidas gratuitamente na Internet utilizando o programa Google Earth;
- Material cartográfico e fotografias aéreas existentes nos serviços provinciais da Direcção Nacional de Terras e Florestas (DINATF, anteriormente DINAGECA);
- Em última opção, é essencial levar papel e caneta com vista a se colher a informação geográfica directamente no terreno através do conhecimento local da população.

Na zona de estudo, após uma consulta com as autoridades e os líderes locais (incluindo os líderes tradicionais e religiosos), os técnicos reúnem-se com a comunidade residente e explicam de maneira clara o método participativo que será aplicado.



Figura 3: Os técnicos explicam á comunidade as modalidades do exercício de planeamento participativo

Fase 2: Reconhecimento da zona

Os técnicos apresentam á comunidade os **mapas topográficos**, as **fotografias aéreas** e/ou as **imagens de satélite** do local em estudo. Alternativamente, podem ser produzidos **mapas manuais** utilizando o conhecimento da população residente.

Este material é facilmente percebido pela comunidade. Por exemplo, numa fotografia aérea é possível reconhecer a própria casa, as árvores, o rio, a estrada principal, etc.

Num processo interactivo com os técnicos, a comunidade ajuda a **localizar os aspectos característicos da zona** como: as estradas, o mercado, o rio, as machambas, a escola, o posto de saúde, etc.

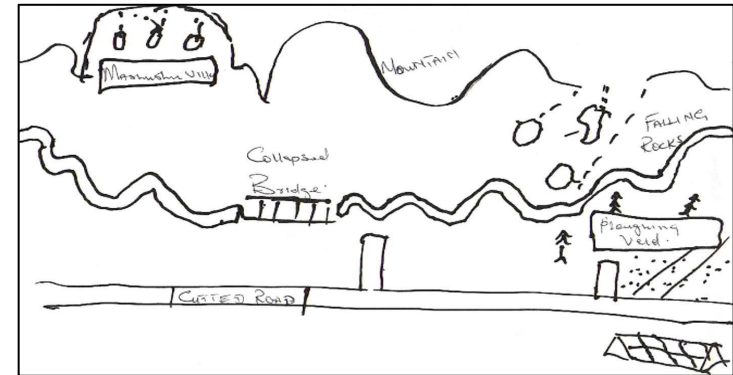


Figura 4: Mapa desenhado pela comunidade que mostra os impactos de uma cheia

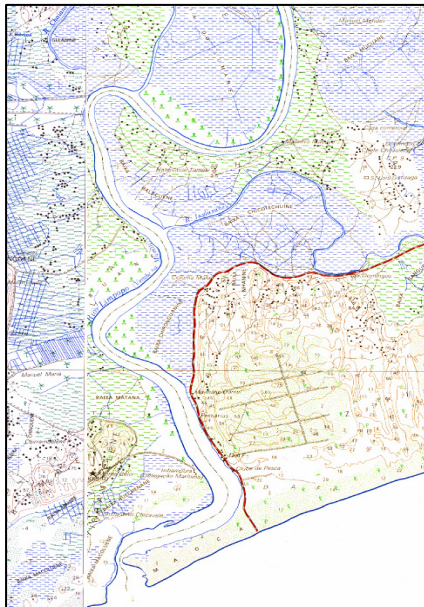


Figura 5: Mapa topográfico

Figura 6: Fotografia aérea

Figura 7: Imagem de satélite

Fase 3: Elaboração do mapa da situação actual



Figura 8: O exercício de mapeamento como resultado de um processo interactivo com a comunidade

Com base na informação fornecida pela própria comunidade pode-se produzir manualmente um mapa, ou desenhar-se por cima de uma imagem de satélite ou de uma fotografia aérea, de modo a:

- **mapear a situação actual de uso e aproveitamento da terra** (área residencial, agrícola, de pasto, etc.); e
- **localizar as principais infra-estruturas e serviços** (furos de água, escola, posto de saúde, mercado, administração, etc).



Figura 9: Exemplo de um mapeamento expedito directamente na fotografia aérea



Figuras 10, 11 e 12: A comunidade, participando na elaboração dos mapas, sente-se dona do processo decisional



Figura 13: O nível de pormenor que pode ser visualizado numa fotografia aérea estimula bastante a comunidade em participar no processo de mapeamento, pois ela pode reconhecer a sua casa, a sua rua, etc. Nesta fotografia observa-se o Bairro da Mafalala na Cidade de Maputo; podem se ver as ruas, os telhados, as arvores e até os carros. Na DINAFT (ex-DINAGECA) existem fotografias aéreas de todo o País que até hoje são pouco aproveitadas.

Fase 5: Identificação das possíveis soluções

Com a ajuda das autoridades locais e dos técnicos, **a própria comunidade propõe soluções** para os problemas prioritários identificados na fase precedente.

A possível implementação destas soluções é **discutida** com base:

- na sua **viabilidade**; e
- nos **recursos financeiros disponíveis** para o efeito.

Como resultado da discussão **são definidas as intervenções prioritárias a serem implementadas**.

Todas as contribuições são tomadas em consideração por forma a enriquecer o plano de acção a ser elaborado na fase seguinte.

É importante que se defina já nesta fase qual será a **comparticipação da comunidade**, de modo a ter-se todos os elementos necessários para se elaborar uma boa estratégia de implementação.

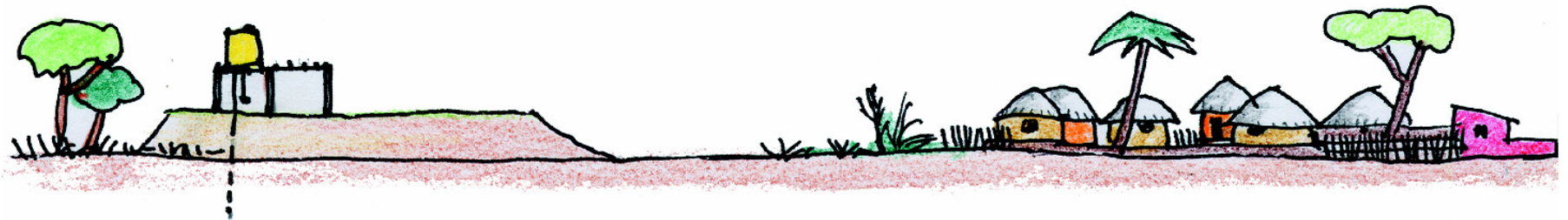


Figura 16: Exemplo de uma possível solução numa zona propensa a cheias: fazer um aterro que serve de plataforma de apoio durante uma situação de emergência, com um furo de água e um tanque elevado

Fase 6: Elaboração do plano de acção

Os técnicos precisam de alguns dias para elaborar uma **proposta de plano de acção**, que apresente de forma **organizada** toda a informação recolhida durante a discussão com a comunidade e as autoridades locais.

O plano incluirá uma **estratégia para a implementação das intervenções prioritárias** identificadas na fase precedente.

Num segundo encontro, os técnicos apresentam a proposta de plano de acção à comunidade e às autoridades locais para sua **apreciação**, formulação de **sugestões** e/ou **correções**, e posterior **aprovação**.



Figura 17: Os técnicos elaborando o plano de acção



Figura 18: O material elaborado é apresentado á comunidade para a sua apreciação

Fase 7: Implementação das intervenções

Neste segundo encontro, discutem-se em conjunto as **responsabilidades de cada interveniente** para a fase de implementação, e definem-se as **necessidades de capacitação ao nível local**.

Preparam-se os **projectos técnicos** para a execução das intervenções escolhidas.

Estabelecem-se as necessárias **parcerias ao nível institucional**.

Propõe-se que a entidade responsável pela execução das obras **envolva activamente a comunidade** no processo de tomada de decisão e como mão de obra.

É importante que **a comunidade se sinta dona do projecto**, permitindo no futuro uma manutenção sustentável das intervenções a serem realizadas.



Figura 19: Exemplo de uma intervenção prioritária implementada: construção de uma sala de aulas elevada numa zona susceptível às cheias utilizando material local

Conclusão

No final, a comunidade e as autoridades locais contam com um plano de acção que apresenta os seus problemas e as possíveis soluções de forma organizada e clara. Portanto, um documento que serve de orientação para futuras decisões. Neste documento, encontram-se claramente identificadas pela comunidade as intervenções prioritárias a serem implementadas.

Por outro lado, este plano representa uma informação valiosa do local, que poderá ser aproveitada pelas autoridades autárquicas, distritais e nacionais durante a elaboração dos seus planos orçamentais.



Figura 20: As mulheres de uma comunidade envolvida no planeamento participativo agradecem os técnicos no fim do exercício.

Autores

Eduardo Feuerhake, Arquitecto, Consultor Internacional, UN-HABITAT

Mathias Spaliviero, Gestor do Projecto, UN-HABITAT

Contribuíram

Manuela Muianga, Coordenadora do Projecto para Moçambique, UN-HABITAT/MICOA

Carlos Trindade, Arquitecto, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Nícia Givá, Engenheira Agrónoma, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Luis Buchir, Técnico Superior, DINAPOT-MICOA

Herman Timmermans, Coordenador do Projecto para África do Sul, UN-HABITAT/NDMC

Antonio Yachan, Arquitecto, Assessor Sénior para os Assentamentos Humanos, UN-HABITAT

Fernando Ferreiro, Arquitecto, Universidade de Chile

Fotografias e Desenhos

Carlos Trindade

Eduardo Feuerhake

Fernando Ferreiro

Mathias Spaliviero

Para mais informação, contactar o gestor do projecto: spaliviero@teledata.mz

LIMPOPO

